

HOSPITAIS PÚBLICOS

SindSaúde prevê caos com nova medida

SERGIO VIEIRA

O diretor regional do SindSaúde de Assis, João Luis Rodrigues, disse ontem que caso seja implantado a lei que autoriza os hospitais públicos, geridos por Organizações Sociais (OS), a destinar 25% dos leitos e outros serviços a pacientes de planos privados, conforme prevê a Lei Complementar nº 4.131/2010, a situação tenderá a ser um caos completo.

Ele disse que há faltas de leitos hospitalares, assim como serviços oferecidos aos pacientes do SUS, e com esta nova determinação, serão 25% a menos, o que sobrecarregará ainda mais os hospitais públicos. "Haverá filas de pacientes atendidos pelo SUS sem receber qualquer tipo de atendimento. Muitas pessoas não serão atendidas e correrão riscos com esta nova determinação", salientou.

Ele disse que o SindSaúde se posicionou contrário a este projeto desde o início e lamentou que a Assembleia Legislativa do Estado tivesse aprovado esta lei. "Lamentavelmente, na Assembleia há muitos deputados que não representam o interesse da população. Tais pessoas não entendem que o povo vai sofrer muito com esta determinação", ressaltou.

Além disso, ele calcula que haverá filas duplas nos hospitais públicos do Estado. "Uma fila para pacientes do SUS e outra para pacientes de



LUCIO COELHO

João Rodrigues, com Gervásio, prevê caos na Saúde

planos-privados. Quem você acha que será privilegiado com esta nova determinação?", questiona. Diante disso, ele coloca outra situação em pauta que é a fiscalização deste percentual. "Não há como fiscalizar este índice de 25% de leitos nos hospitais públicos. Acredito até mesmo que vão destinar até mais que os 25%", explicou.

Por isso, a sua esperança é que a Justiça embargue este projeto e que o mesmo não se torne realidade. "Em dois hospitais de São Paulo, esta nova lei já está vigorando. Caso seja adotado integralmente em todo o Estado, vamos viver uma situação de penúria na saúde pública do Estado de São Paulo", salientou.

"A lei agride frontalmente inúmeras normas constitucionais. E se for implementada vai gerar uma situação aflitiva na saúde pública do Estado", explicou. "Isso porque

os dependentes do SUS perderão 25% dos leitos públicos estaduais de alta complexidade que sabidamente já são insuficientes para o atendimento da demanda de nossa população", contou.

Segundo Rodrigues, esse modelo que Geraldo Alckmin deseja implantar no Estado de São Paulo não tem paralelo sem nenhum outro da Federação, além de ser combatido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão encarregado das políticas públicas do setor. "O CNS se manifestou contra a entrega de leitos públicos para particulares e planos de saúde", afirma. "também se manifestaram contrários à medida os movimentos sociais, sindicatos, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de São Paulo e até o Conselho Estadual de Saúde, cujo presidente é o próprio secretário de Estado da Saúde.